

**Conhecer para preservar: documentação e preservação do patrimônio modernista  
tombado em Cataguases, Minas Gerais**

Paulo Henrique Alonso

Arquiteto urbanista, mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio sustentável pela Universidade  
Federal de Minas Gerais

Rua Paulo Piedade Campos, 755/312 – Estoril – Belo Horizonte (MG) CEP 30455-250 – tel: 31 3403 1143

e-mail: [paulohalonso@hotmail.com](mailto:paulohalonso@hotmail.com)

Leonardo Barci Castriota

Arquiteto urbanista, Doutor em Filosofia, Coordenador do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio  
sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Paraíba, 697– Funcionários – Belo Horizonte (MG) – CEP 30130-140 – tel: 31 3409 8820

e-mail: [leonardo.castriota@pq.cnpq.br](mailto:leonardo.castriota@pq.cnpq.br)

# **Conhecer para preservar: documentação e preservação do patrimônio modernista tombado em Cataguases, Minas Gerais.**

## **Sessão 4**

O papel do patrimônio moderno na Cidade Contemporânea.

### **RESUMO**

Este artigo aborda algumas reflexões referentes aos desafios da preservação do patrimônio modernista de Cataguases, em Minas Gerais, tombado pelo IPHAN em 1994, provocadas pelas pesquisas e inventariado de bens para a elaboração de um Guia da Arquitetura Modernista da cidade, publicado em 2009. Contextualiza como a cidade se desenvolveu do ponto de vista sócio-econômico, da formação do seu conjunto urbano, da arquitetura moderna até chegar ao tombamento em 1994. Apresenta algumas questões do processo de tombamento que dizem respeito aos critérios de escolha dos bens tombados, à necessidade de se fazer um inventário dos bens de valor cultural e de um plano de preservação e de gestão para o centro histórico. Posteriormente, aborda as legislações urbanas municipais implementadas após o tombamento que não tem conseguido estabelecer diretrizes de preservação. Por fim, apresenta o processo de pesquisa e inventariamento dos principais bens modernistas para compor o Guia. O artigo conclui com algumas reflexões a respeito do tombamento em Cataguases relacionadas aos critérios para a escolha dos bens e delimitação do perímetro, bem como, da ausência de um inventário do centro histórico, que nos parece seria instrumento prioritário para entender a formação cultural daquele sítio bem como para estabelecer diretrizes e normas claras de preservação, o que a cidade clama desde o tombamento.

Palavras-chave: modernismo, Cataguases, preservação

### **Abstract:**

This article addresses some reflections on the challenges of preserving the heritage of modernist Cataguases in Minas Gerais, preserved by IPHAN in 1994, caused by the research and the inventory of the constructions in the preparation of a Guidebook to Modern Architecture of the city, published in 2009. It contextualizes how the city has developed from a socio-economic perspective, the formation of its whole urban complex, from the modern architecture until its national preservation in 1994. It also presents some issues on the preservation process that are related to the criteria of choice of the constructions preserved, as well as the need for an inventory of the constructions of cultural value and a plan for preservation and management of the historical center. Later, it addresses the urban local laws implemented after the preservation, which have not been able to establish guidelines for preservation. Finally, it presents the process of research and inventory of the major modernist constructions to produce the Guidebook. The article concludes with some thoughts about the preservation in Cataguases in relation to the criteria for the choice of constructions and delimitation of boundaries and the absence of an inventory of the historic center, which we feel would be a priority instrument for understanding the cultural formation of that site and to establish clear guidelines and standards for preservation, which the city has claimed since the preservation.

Keywords: modernism, Cataguases, preservation

# Conhecer para Preservar: Documentação e Preservação do Patrimônio Modernista Tombado em Cataguases, Minas Gerais.

## Introdução

Cataguases é um município da Zona da Mata de Minas Gerais a 310 km da capital do Estado, Belo Horizonte que, no século XX, destacou-se no cenário nacional por intensa produção cultural através do cinema de Humberto Mauro, da literatura e da arquitetura modernistas. Sua história social e econômica é marcada, primeiramente, pela produção cafeeira e a pela chegada da ferrovia e, posteriormente, pela industrialização, principalmente a ligada ao setor têxtil.

O povoado que originou a cidade surgiu em 1828 através de uma campanha do Império em explorar os territórios ainda não ocupados na província de Minas. Guido Thomas Marlière<sup>1</sup> foi o responsável por erigir povoado e capela, que marcaram o início da ocupação.

Na época, as condições favoráveis de clima e de solo da região propiciaram grande produção de cereais, principalmente do café, que se tornou o principal propulsor de desenvolvimento da região.<sup>2</sup>

Em 1877, mantém ainda características de traçado urbano da sua fundação. Neste mesmo ano é inaugurada a estrada de ferro Leopoldina *Railway Company* – linha-tronco - empreendimento com capital inglês, que transformou a Vila em ponto de embarque e de exportação do café inclusive das cidades vizinhas, mantendo um vínculo comercial e social intenso com o Rio de Janeiro, a capital do país.

A partir de 1905 a economia do café começa a ceder lugar para o processo de industrialização. É criada a primeira indústria têxtil, a Fábrica de Fiação e Tecelagem, e a energia elétrica chega à cidade com a criação da Cia Força e Luz Cataguases-Leopoldina. Aqui começa o protagonismo da família Peixoto responsável por muitas das transformações econômicas, sociais e culturais que a cidade vivenciou nos anos subseqüentes. Em 1911, o português Manuel Ignácio Peixoto adquire a Fábrica de Fiação e Tecelagem, recém criada, e é este mesmo senhor que se associa a outro grande empreendedor da cidade, João Duarte Ferreira, para em 1910, fundar o Ginásio e Escola Normal de Cataguases.<sup>3</sup>

Entre 1925 e 1929 Cataguases vive um período de efervescência artística, com grande repercussão nacional, marcado pelo cinema de Humberto Mauro, Pedro Comello e Eva Nil e o

---

<sup>1</sup> Guido Tomás Marlière foi coronel francês a serviço do Império do Brasil, responsável por inspecionar a estrada que ligaria essa região da Zona da Mata a Campos dos Goytacazes,

<sup>2</sup> CARDOSO, 1956.

<sup>3</sup> O Ginásio e Escola Normal de Cataguases deu origem mais tarde, em 1943, ao Colégio de Cataguases com projeto de Oscar Niemeyer.

surgimento do movimento modernista dos “Verdes”, um grupo de jovens literatos moradores da cidade<sup>4</sup> que lançam *O Manifesto Verde* e entre 1927 e 1929 a revista “*Verde*”, de cunho modernista.

Em 1938, dando continuidade a vocação industrial da cidade, começa a funcionar a Cia Industrial Cataguases, também na área têxtil e de propriedade da família Peixoto.

Atualmente, em 2009, a base econômica da cidade se mantém na indústria têxtil, na produção e distribuição de energia elétrica e na mineração com extração de bauxita.

## **O Conjunto Urbano, a Arquitetura Moderna e sua recepção**

Da sua fundação, em 1828 a 1877, com a chegada da ferrovia, o povoado não apresentou grandes transformações do ponto de vista da arquitetura e do traçado urbano, permanecendo a estrutura anteriormente traçada por Marlière<sup>5</sup>. Já a partir de 1877, com o desenvolvimento sócio-econômico proporcionado pelo excedente da produção cafeeira e pela chegada da ferrovia cresce a malha urbana em direção à estação ferroviária e surgem edificações para atender às novas necessidades sociais. Em 1877, tem-se a construção da Estação Ferroviária. Na década de 1890 são construídos a Matriz de Santa Rita de Cássia em estilo neogótico substituindo à antiga capela e, em estilo eclético, constroem-se: o Paço Municipal na praça Santa Rita, o Grande Hotel Vilas nas proximidades da Estação Ferroviária e o Teatro Recreio no largo do comércio. Surgem outras edificações: a Fábrica de Fiação e Tecelagem (1905), o Ginásio e Escola Normal de Cataguases (1910), o Grupo Escolar Coronel Vieira (1913), o hospital (1919), a ponte metálica sobre o Rio Pomba (1915) e uma série de edificações, muitas em estilo eclético, que abrigam as novas instalações comerciais e de serviços. A elite econômica se instala em residências ecléticas ao longo da Avenida Astolfo Dutra e o operariado nas vilas operárias criadas pela indústria em ascensão. (Fig. 1 e 2)

---

<sup>4</sup> O grupo de escritores que fundaram a Revista Verde era formado por Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Enrique de Resende, Martins Mendes, Camillo Soares, Christoforo Fonte-Boa, Oswaldo A Britta e Francisco Inácio Peixoto.

<sup>5</sup> CARDOSO, 1956



Figura 1 – moradias vila operária da Indústria Irmãos Peixoto (início século XX), incluídas no perímetro de tombamento delimitado pelo IPHAN. Fonte: Alexis Azevedo, 2008



Figura 2 – moradias da vila operária Bairro Jardim, Cia Industrial Cataguases (final década de 1940), não incluídas no perímetro de tombamento delimitado pelo IPHAN. Fonte: Alexis Azevedo, 2008

A partir de 1940 inicia-se o ciclo da arquitetura e arte modernistas que se estende, aproximadamente, até os fins da década de 1960.

Neste período, nota-se novamente o papel preponderante da família Peixoto<sup>6</sup> que, proprietária das indústrias têxteis, financiou boa parte das obras modernas da cidade.

Pode-se dizer que o marco inicial da arquitetura modernista em Cataguases é residência de Francisco Inácio Peixoto, projetada em 1941 por Oscar Niemeyer. É uma residência moderna com traços da arquitetura tradicional brasileira, com jardins de Burle Marx, esculturas externas de José Pedrosa e Jan Zach, mobiliário de Joaquim Tenreiro e uma extensa coleção de obras de arte dispostas no seu interior.

---

<sup>6</sup> O mentor e mecenas da arquitetura moderna de Cataguases, apoiado por sua família, foi o escritor e intelectual Francisco Inácio Peixoto (1909-1986) que participou ativamente das atividades do grupo dos *Verdes* na década de 1920. Era filho do imigrante português Manuel Ignácio Peixoto.

Logo depois, em 1943, Francisco Peixoto encomenda a Oscar Niemeyer o projeto do Colégio Cataguases para substituir o antigo edifício que o abrigava. O colégio tem paisagismo de Roberto Burle Marx, escultura de Jan Zach, painel “Tiradentes” de Cândido Portinari, painel em pastilhas de Paulo Werneck, mobiliário de Joaquim Tenreiro, Museu de Arte Popular com artesanato de diversas partes do mundo e, outro de Arte Moderna.<sup>7</sup>

A partir desses dois projetos segue-se a execução de inúmeros outros, públicos ou particulares, que a elite e a classe média cataguasense encomendam a arquitetos, representantes da arquitetura moderna brasileira, que atuavam no Rio de Janeiro.

Francisco Inácio Peixoto e seu amigo, Marques Rebelo, foram os mentores da reformulação arquitetônica e até mesmo no desejo da reformulação urbanística da cidade, apoiados no movimento modernista<sup>8</sup>. Foram eles os idealizadores de diversos equipamentos públicos e coletivos como o Colégio, o novo cine-teatro e clube, projeto de Aldary Toledo e Carlos Leão de 1946, em substituição ao antigo teatro Recreio; o hotel com projeto de Aldary Toledo e Gilberto Lemos de 1948; o conjunto de maternidade e hospital infantil de Francisco Bolonha, de 1951; o Museu de Belas Artes e de Arte Popular que se instalaram no Colégio Cataguases.

O projeto para a nova Igreja, em substituição à antiga em estilo neogótico, é de 1944 de Edgar Guimarães do Valle e representou inovação para época tanto pela sua forma não convencional quanto pela sua ousadia estrutural, uma grande cúpula em concreto armado. (Fig. 3)



Figura 3 – Matriz de Santa Rita de Cássia  
Fonte: Alexis Azevedo, 2008

*“Nota-se claramente a intenção de transformar a cidade mediante um processo que, logo de início envolve edifícios de grande significado simbólico como a igreja e o teatro.”<sup>9</sup>* Muitas dessas

<sup>7</sup> O edifício do Colégio Cataguases foi transferido para o Estado de Minas Gerais em 31.12.1962, quando passou a se chamar Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto e deixou de ser internato. Na década de 1970 o mural *Tiradentes*, de Cândido Portinari, que ainda pertencia à família Peixoto, foi vendido para o Estado de São Paulo e, atualmente, em 2009, encontra-se no Memorial da América Latina. As obras que compõem o Museu de Belas Artes também pertencentes à família Peixoto não estão mais no Colégio e sim no Instituto Francisca de Souza Peixoto, em Cataguases.

<sup>8</sup> MIRANDA, 1994.

<sup>9</sup> Id.

obras modernas, de grande significado simbólico, vieram em substituição a edifícios já existentes: o colégio, a igreja, o hospital-maternidade, o teatro. (Fig. 4 e 5)



Figura 4 – Ginásio de Cataguases, demolido na década de 1940 para dar lugar ao Colégio Cataguases de Oscar Niemeyer. Fonte: Centro Cultural Eva Nil, s/d.



Figura 5 – Colégio Cataguases, projeto de Oscar Niemeyer de 1943. Fonte: Alexis Azevedo

De caráter de uso público e coletivo têm-se ainda os projetos de Francisco Bolonha: Educandário Dom Silvério com painel interno de Emeric Marcier e externo de Anísio Medeiros de 1954; praça e monumento a José Inácio Peixoto, no bairro Vila Tereza, com painel de Cândido Portinari e escultura de Bruno Giorgi inaugurada de 1958<sup>10</sup>; concha acústica na Praça Rui Barbosa de 1957.

Em relação às residências há as projetadas por Francisco Bolonha de José de Castro e Wellington de Souza (1948), de Ottônio Alvim Gomes (1958) com mobiliário de Joaquim Tenreiro, painel interno de Emeric Marcier e externo de Anísio Medeiros e da vila operária da Cia Industrial (início da década de 1950); os projetos de Aldary Toledo para residência de José Pacheco de Medeiros Filho (1948) e de residência para Cia Industrial (1947); o projeto de Edgar Guimarães do Valle para residência de José Inácio Peixoto (1948).

---

<sup>10</sup> Essa praça foi idealizada por iniciativa dos operários da Cia Industrial Cataguases, para homenagear José Inácio Peixoto (1896-1953), recém falecido, irmão de Francisco Inácio Peixoto e presidente da indústria na época.



Há ainda o edifício A Nacional (1953-1957), multifamiliar e comercial, autoria do escritório MMM Roberto.

A partir da década de 1950 surgem obras do arquiteto Luzimar Goés Telles que, morando na cidade, tem uma produção que se destaca pela quantidade e variedade dos programas arquitetônicos. É o arquiteto que mais produziu obras modernas em Cataguases que vão desde indústrias e seus respectivos escritórios, reformulação de praças, sindicato, clube, fórum, hospital, consultórios médicos, bloco residencial para operários, além de residências e outros projetos.<sup>11</sup> (Fig. 6 e 7)



Figura 6 - Residência Anamirtes Lacerda, Projeto de Luzimar Góes Teles, de 1958. Destacam-se *pilotis*, terraço-jardim, cobogós e painel no térreo de Domenico Lazzarine. Fonte: Alexis Azevedo, 2008



Figura 7 - Residência Mauro Carvalho Ramos, projeto Luzimar Goés Teles, de 1955. Fonte: Alexis Azevedo, 2008

---

<sup>11</sup> Luzimar Natalino Cerqueira de Góes Telles formou-se arquiteto na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1950, e morou em Cataguases desde 1948. Em documento localizado no IPHAN, em Belo Horizonte, há uma lista com obras suas: 25 com programas arquitetônicos variados e mais 35 de residências, todos em Cataguases.



Até o final na década de 1960 ainda há produção moderna na cidade, inclusive através de outros arquitetos, apesar de não mais representarem a força de renovação e novidade das primeiras obras.

Dessa forma, Cataguases se conformou com inúmeras obras modernistas, inicialmente, através de arquitetos e artistas formados e com escritórios no Rio de Janeiro, fruto de uma relação próxima da elite intelectual e econômica cataguasense com a capital do país e, posteriormente principalmente através de obras de Luzimar Goes Telles que se formou no Rio de Janeiro, porém pertencia a outra geração de arquitetos.

## **O tombamento**

O movimento para o tombamento iniciou-se em 1987, quando Prefeitura Municipal de Cataguases solicita a ida a Cataguases de técnico do SPHAN-Belo Horizonte

com o objetivo de fazer um levantamento de dados visando o resgate da cultura e memória cataguasense, evidenciando, sobretudo a fase do modernismo na qual a cidade se faz presente de modo expressivo<sup>12</sup>.

A partir daí iniciou-se uma parceria entre Prefeitura Municipal de Cataguases, a 7ª DR SPHAN/pró-memória de Minas Gerais e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cataguases, que, em trabalho conjunto, desenvolveram atividades de documentação e preservação do patrimônio cultural da cidade. Em abril de 1988 promoveu-se um evento denominado “Oficinas de Pesquisas”, com um módulo com todos os parceiros envolvidos e outro de palestras abertas ao público, com temas que trataram da modernidade, da literatura e da arquitetura moderna de Cataguases. O projeto publicou em três volumes, em 1988, 1990 e 1996, o livro *Memória e Patrimônio Cultural*, trabalho de memória oral, com registro de personagens de Cataguases.

Os trabalhos dividiam-se em três equipes com pessoal das instituições parceiras: História Documental; Evolução Urbana (bens imóveis) e Bens Culturais Móveis e Integrados. Além de desenvolverem o trabalho de memória oral eram desenvolvidas outras atividades:

*A Equipe de Inventário de Bens Móveis e Integrados trabalhou, em uma primeira etapa, o acervo público da cidade – painéis, pintura, mural e esculturas – e os Acervos do Museu de Belas Artes de Cataguases e do Museu de Arte Popular do Colégio Estadual Manuel Inácio Peixoto. Este trabalho consistiu em reconhecer, identificar e inventariar através de fichas cada peça dos acervos públicos.*

*A segunda etapa do trabalho, já iniciada, prevê o inventário dos acervos particulares que compreendem pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, tapeçaria e mobiliário.<sup>13</sup>*

---

<sup>12</sup> Arquivos do IPHAN, em Belo Horizonte.

Posteriormente, em 1994, a parceria se amplia:

*Essa parceria ampliou-se no projeto “Cataguases: um olhar sobre a modernidade brasileira” – proposta do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais, que encontrou apoio na Secretaria de Estado de Cultura, no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e na população de Cataguases, sem qual nenhum desses projetos seria possível<sup>14</sup>*

Em 1º de fevereiro de 1994 acontece em Cataguases um evento com o lançamento da publicação “*Cataguases – um olhar sobre a modernidade*”, do Instituto dos Arquitetos do Brasil sobre a arquitetura, as artes plásticas, o mobiliário, o cinema e a literatura até então produzidos em Cataguases. O evento teve também exposição de fotografias e instalação da réplica do Painel “*Tiradentes*” no Colégio Cataguases.

Em 5 de dezembro de 1994, o IPHAN promovia o tombamento do centro histórico de Cataguases, descrito por um perímetro, juntamente com dezesseis bens imóveis, móveis e integrados tombados individualmente dentro deste perímetro. Do tombamento individual, onze bens são modernos cujas autorias pertencem àquele primeiro grupo de arquitetos acima referidos. Os outros cinco, não modernos, constituem exemplares anteriores ao modernismo: Ponte Metálica sobre o Rio Pomba, Fábrica de Fiação e Tecelagem e Estação Ferroviária com arquitetura típica industrial de influência inglesa; o Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina, exemplar da arquitetura residencial eclética da elite cafeeira; Grupo Escolar Coronel Vieira, eclético.

No processo de tombamento do IPHAN não há documentação que referencie ou justifique os critérios para a escolha dos imóveis sugeridos para tombamento individual ou para a própria delimitação do centro histórico a ser preservado. Não há, tampouco no processo, o inventário dos bens tombados.

No parecer do arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, recomendando o tombamento de Cataguases<sup>15</sup>, percebem-se algumas preocupações. Dentre elas podemos citar as seguintes: no caso de se tomar somente algumas obras significativas, poder se incorrer no erro de restringir ou não abranger todo o sentido e significado do movimento cultural da cidade, “com risco, inclusive, de estas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres”; a necessidade de delimitação de um centro histórico com a aplicação de preceitos de preservação diferentes daqueles aplicados para as cidades históricas do ciclo da mineração, devendo-se, a seu ver, conjugar um modelo de gestão através do tombamento individual dos bens mais representativos, com o inventariamento de outros bens importantes para

---

<sup>13</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES, 1988. p. 33. Não foram localizados os inventários dos quais se tratam aqui, nem na Prefeitura Municipal de Cataguases nem no IPHAN-BH.

<sup>14</sup> IPHAN, Processo nº1.342-94, Tombamento Cataguases, folha 14.

<sup>15</sup> Id., folhas 66 a 74.

o processo de formação e desenvolvimento da cidade, que ficariam sujeitos à anuência prévia no caso de demolições, reformas ou novas construções ao IPHAN, e com a aplicação das posturas municipais aos imóveis não inventariados.

*Tal inventário deverá ser desenvolvido pelo IPHAN, caso aprovado e homologado o tombamento do Centro Histórico de Cataguases, num prazo máximo de seis meses e regulamentado por portaria do Senhor Presidente, ouvido o conselho consultivo.*

O arquiteto preocupa-se, ainda, com a necessidade de um plano de preservação para o patrimônio cultural da cidade e sugere a criação de um conselho assessor com entidades públicas e privadas para gerir a preservação do patrimônio.

O parecer de Ítalo Campofiorito, o conselheiro responsável pela relatoria do processo ratifica a proposta de tombamento, que é aprovada por unanimidade pelos membros presentes à reunião do Conselho Consultivo em 5 /12 /1994.

Em correspondência, de julho de 1995, ao presidente do IPHAN, o conselheiro Ítalo Campofiorito traz esclarecimentos do seu parecer anterior, afirmando:

*Gostaria de, por assim dizer, aperfeiçoar minha proposta, fixando a altura máxima de três pavimentos em quaisquer construções incluídas no perímetro de proteção, para não desfigurar a escala urbana existente no final dos anos 40, além do que já tenha acontecido antes deste tombamento.<sup>16</sup>*

Cabe-se destacar que nem o inventário dos bens, sugerido pelo arquiteto Antônio Andrade em seu parecer, nem a delimitação de uma altura máxima, sugerida por Campofiorito, foi executado<sup>17</sup> e, desde o tombamento, as novas construções, demolições ou alterações de imóveis dentro do perímetro de tombamento são submetidas pontualmente à análise de técnicos do IPHAN, em Belo Horizonte.

## **A legislação urbana municipal**

Atualmente ainda está em vigor o Código de Zoneamento, Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano (leis municipais 2427 e 2428/95), elaborado logo após o tombamento

*que não traduz nenhuma das preocupações com a preservação que estavam em discussão no âmbito do estudo de tombamento, chegando a se contrapor a ele quando recomenda, por exemplo, o adensamento da área central, praticamente coincidente com a poligonal de proteção.”<sup>18</sup>*

---

<sup>16</sup> IPHAN, Processo nº1.342-94, Tombamento Cataguases, fl. 245.

<sup>17</sup> Id., fls. 261 a 263

<sup>18</sup> SANTOS; LAGE, 2005

Em 2006, o município realizou o Plano Diretor Participativo de acordo com os preceitos do Estatuto da Cidade, lei 10257/2001, com recursos do programa Monumenta destinados à preservação de sítios históricos tombados nacionalmente.

O anteprojeto de Lei do Plano Diretor sugerido pela equipe técnica<sup>19</sup>, no que diz respeito ao zoneamento, estabeleceu uma Zona de Preservação Cultural correspondente ao Centro Histórico tombado, porém com uma delimitação maior, incluindo outras áreas também importantes para a formação e consolidação cultural da cidade. Nesta área foi sugerida uma taxa de permeabilidade mínima de 30% e altimetria máxima de nove metros para as novas edificações, delimitações ancoradas em dois condicionantes: a manutenção da paisagem e conjunto urbano tombado nacionalmente, cuja pressão por verticalização tem sido forte nos últimos anos, e o conforto ambiental, procurando-se garantir a circulação de ventos e impedir a formação de ilhas de calor na área central.<sup>20</sup>

Num primeiro momento, o anteprojeto do Plano Diretor sugerido pela equipe técnica foi aceito na íntegra pelo Executivo, que, remetido ao Legislativo municipal, logrou aprovação por unanimidade e sem alterações. Porém, quando a lei, já aprovada pela Câmara dos Vereadores, retorna ao Executivo para ser sancionada, o Prefeito municipal, pressionado por alguns setores da construção civil<sup>21</sup>, veta exatamente e somente os incisos que tratam da permeabilidade e altimetria das edificações na Zona de Proteção Cultural. O projeto de lei retorna ao Legislativo, que mantém o veto do prefeito.

A lei que instituiu o Plano Diretor<sup>22</sup> estabeleceu prazo de 300 dias para revisão das legislações urbanísticas complementares para que se enquadrassem nas diretrizes do Plano que acabava de ser instituído. No entanto, isto não foi feito até o momento, permanecendo em vigor a antiga Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é, como já observamos, inadequada à preservação do conjunto tombado..

---

<sup>19</sup> O município contratou equipe técnica da Universidade Federal de Minas Gerais que já atuava na cidade, desde agosto de 2004, através do seu programa de Arquitetura Pública.

<sup>20</sup> *“A recomendação para o tipo de Clima de Cataguases é de favorecimento à ventilação, portanto, em escala urbana, deve-se prevenir contra o adensamento excessivo que possa bloquear os canais locais de vento, incentivando o uso de áreas verdes como meios para preservar espaços ainda desocupados e localizados em áreas onde ocorrem caminhos preferenciais de vento. As baixas velocidades observadas na maior parcela da área urbana de Cataguases são um fator problemático para o clima da cidade, que é quente e necessitaria de maior ventilação para ajudar na manutenção da qualidade do ar e para diminuir os efeitos da formação de “ilhas de calor” urbanas.”* (ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2006)

<sup>21</sup> É este mesmo grupo, que desde o tombamento, tem sido contrário à atuação do IPHAN em Cataguases, da forma com vem sendo feita e que, em 16/01/2009, publicou no Jornal Cataguases um artigo defendendo a autonomia do município nas decisões relativas às intervenções do centro histórico tombado. Um trecho: *“As decisões na análise de projetos continuam até hoje por conta de técnicos do IPHAN que dão seus pareceres sem qualquer base normativa e com caráter marcadamente subjetivo e discricionário.”*

<sup>22</sup> Lei nº 3.546/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo de Cataguases, publicada no Jornal Cataguases de 15 de outubro de 2006.

## Conhecer para preservar: o “Guia de Arquitetura Modernista”

A riqueza do patrimônio cultural de Cataguases tem sido atrativo para visitas de inúmeros turistas à cidade, principalmente acadêmicos. É comum a cidade receber profissionais, professores e estudantes de artes plásticas, arquitetura e urbanismo, design, história, letras e literatura, na intenção de ver e investigar o acervo moderno. A maior parte destes turistas vem de faculdades, universidades, escolas de ensino superior do Brasil e mesmo do exterior. Entretanto, não havia nenhum roteiro ou guia que orientasse esse público em Cataguases, não tendo sido ainda o patrimônio modernista da cidade catalogado e sistematizado como roteiro turístico<sup>23</sup>.

Com essa justificativa, entre agosto de 2008 e janeiro de 2009, o Instituto Cidade de Cataguases, elaborou o Guia de Arquitetura Modernista de Cataguases em parceria com o Programa Monumenta/Ministério da Cultura/UNESCO.<sup>24</sup> A intenção do Guia foi exatamente a de suprir aquela lacuna, dar suporte e fazer uma primeira apresentação da arquitetura modernista da cidade ao público visitante, além de ser instrumento de documentação e divulgação para a própria população de Cataguases, inclusive como apoio e fomento à educação patrimonial.

O *Guia*, editado em português e inglês, possui versão impressa e eletrônica. Apresenta, primeiramente um panorama da cidade através de fotos e texto introdutório, onde se contextualiza como a cidade se formou, quais foram e são suas principais atividades culturais e sócio-econômicas e como isso se refletiu em ambiente propício ao surgimento da arquitetura moderna. Em seguida, apresenta uma seleção de vinte e nove exemplares da arquitetura modernista, obra a obra, com endereço, fotos, desenhos, data de projeto e/ou inauguração e autorias, acompanhadas de mapa de localização. Ao final, há uma pequena biografia dos arquitetos e artistas modernos que atuaram em Cataguases e referências consultadas para a elaboração do trabalho.

Parte da versão impressa foi distribuída para bibliotecas de instituições e universidades da região Sudeste brasileira, ligadas à arquitetura, artes plásticas, design e paisagismo, ou seja, para o público alvo do turismo em Cataguases. Outra parte foi distribuída para escolas de ensino médio e superior e bibliotecas em Cataguases, sendo que outros exemplares estão sendo comercializados para turistas e para a própria população cataguasense. O guia eletrônico disponibilizado gratuitamente na internet<sup>25</sup> tem duas versões: para *download* e impressão completa e para visita virtual.

A seleção das obras para compor o Guia se fez em visita de campo por arquitetos da equipe executora. Os critérios utilizados para escolha foram, além do valor estilístico de cada obra, o

---

<sup>23</sup> Em 2000, foi feito o Guia Arquitetônico, Turístico e Cultural de Cataguases pela Fundação Cultural Ormeu Junqueira Botelho, porém com proposta diferente da que o Guia da Arquitetura Modernista de Cataguases se apresenta.

<sup>24</sup> Projeto executado através de edital público de 2007 - Elaboração e Implementação de Roteiros Turísticos – promovido por Programa Monumenta e pelo qual o Instituto Cidade de Cataguases foi selecionado.

<sup>25</sup> Versão eletrônica disponível em [www.fabricadofuturo.org.br/guiamodernista](http://www.fabricadofuturo.org.br/guiamodernista).

estado de conservação e ausência de alterações significativas nas mesmas, que possibilitassem fotografá-las. Na primeira seleção foram identificadas 42 obras. A partir de definição prévia de desenho e tamanho do guia, tendo como parâmetro os recursos disponíveis, definiu-se que seria possível a inclusão de 30 obras. Fez-se, então, uma segunda seleção a partir de uma depuração dos critérios anteriormente utilizados.

Posteriormente concentrou-se na pesquisa de informações relativas às obras – autoria, data de projeto e inauguração, projeto arquitetônico original. Esperava-se que, por se tratar de conjunto tombado, boa parte dos bens selecionados estaria inventariada e que, por isso, a pesquisa não seria trabalhosa, o que não se confirmou. Não se localizou inventário dos bens selecionados para o guia. Decidiu-se, então, pela localização dos projetos arquitetônicos originais, que seriam utilizados como base de elaboração dos desenhos – plantas, cortes, fachadas - e onde se esperava encontrar informações de autoria e datas. A decisão de buscar os originais foi motivada pela necessidade de se obter dados fidedignos, pois se percebeu em pesquisa preliminar que havia muitas controvérsias cercando as obras, principalmente no que se referia às datas e em alguns casos até mesmo a autoria. Os desenhos originais localizados seriam escaneados e redesenhados em *software autocad* para constarem no guia.

Muitos projetos não foram localizados e, dado o tempo exíguo para execução das atividades, em determinado momento, teve que se encerrar as buscas dos originais e utilizar a sobreposição de dados secundários para completar as informações de algumas obras. Em alguns originais não constavam as informações de que se precisava – autoria e datas. E, curiosamente, a maior parte dos projetos originais das obras tombadas individualmente não foi localizada.

As primeiras pesquisas foram feitas em Cataguases no Arquivo Público Municipal e no Instituto Francisca de Souza Peixoto<sup>26</sup> e, posteriormente, nos arquivos particulares dos proprietários dos imóveis. Os demais arquivos consultados foram os do IPHAN, em Belo Horizonte, Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais – IEPHA-MG, Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro e Universidades detentoras de periódicos sobre Cataguases.

No arquivo do Instituto Francisca de Souza Peixoto localizaram-se muitos projetos encomendados pela família Peixoto. No Arquivo Público Municipal encontraram-se algumas dificuldades, a começar pelo acesso. A equipe teve que endereçar, ao Prefeito Municipal, autorização para acessar os projetos, que somente foram liberados quinze dias depois da solicitação formal e de muitas solicitações informais. O arquivo foi encontrado em estado precário de catalogação, conservação e acondicionamento dos projetos. Apesar da dificuldade e da busca trabalhosa e

---

<sup>26</sup> O Instituto Francisca de Souza Peixoto foi criado em 1999, é mantido pela Cia Industrial Cataguases, está instalado na antiga Fábrica de Fiação e Tecelagem e realiza ações culturais, educacionais e sociais. No início dos anos 2000 recebeu como doação parte do acervo de plantas do arquiteto Francisco Bolonha.



demorada, neste foram localizados muitos projetos do arquiteto Luzimar Góes Telles, em obras das quais até então a equipe desconhecia a autoria. E, diferentemente das pranchas dos outros arquitetos, as de Luzimar Telles tinham todas as informações que procurávamos: havia carimbo, com data, endereço, primeiro proprietário e outros dados.

Em 17 de dezembro de 2008, quando a equipe ainda fazia suas pesquisas no Arquivo Municipal, Cataguases foi tomada por uma enchente que inundou boa parte do seu Centro Histórico, inclusive o Arquivo, que se localiza na antiga Estação Ferroviária, o que inviabilizou a continuidade das pesquisas, e a possível localização de quase toda a extensa produção de Luzimar Goes Teles.

Os arquivos particulares foram consultados sem sucesso, ora porque os imóveis não pertenciam mais aos proprietários originais, ora porque os proprietários não dispunham mais dos projetos. No entanto, no arquivo do Educandário Dom Silvério foi localizado um estudo original, incluído no Guia, de Anísio Medeiros para o painel externo “Os Pássaros” que adorna o edifício.

As pesquisas em fontes secundárias permitiram descobrir que entre meados das décadas de 1940 e fins da década de 1950, muitas das obras cataguasenses, daquele primeiro grupo de arquitetos que atuaram na cidade, foram publicadas em diversos números de revistas brasileiras especializadas e não especializadas em arquitetura. São revistas como *O Cruzeiro*; *Shell*; *Arquitetura e Engenharia*, de Belo Horizonte; *Habitat*, de São Paulo; *Arquitetura Contemporânea do Brasil*, publicação da revista *Ante-Projeto*, do Rio de Janeiro. Também nos livros *Modern Architecture in Brazil* de MINDLIN, 1956 e *The Work of Architecture of Oscar Niemeyer* de PAPADAKI, de 1950. Em todas essas publicações as obras isoladas são o destaque: aparecem com fotos e plantas e em algumas com pequenos textos descritivos. Ora num volume aparece uma ou duas obras separadamente ora, noutro volume, outras obras. Não deixam transparecer a noção do conjunto de obras modernas que vai se somando na cidade. Exceção se faz para a revista Francesa *L' Architecture D'Aujourd'Hui de 1952* que, nos fascículos 42 e 43, publica em oito páginas, sob o título de *Cataguazes, Audaces D'Architecture et D'Art*, artigo com texto do conjunto de obras modernas, fotos e plantas de nove edificações, ou seja, praticamente o que até aquele momento Cataguases produziu de obras modernistas já construídas ou em construção.<sup>27</sup>

Localizaram-se outras publicações sobre a arquitetura moderna de Cataguases a partir da década de 1980 coincidindo com movimento para o tombamento do IPHAN que se inicia em 1988. Aqui, as publicações já possuem um caráter mais analítico, diferente do caráter expositivo das anteriores.

---

<sup>27</sup> Encontram-se neste artigo quatro residências: a de Francisco Peixoto (Oscar Niemeyer); de José Pacheco de Medeiros Filho (Aldary Henriques Toledo); de José de Castro e de Wellington de Souza (Francisco Bolonha); Igreja (Edgar Guimarães do Valle); Colégio (Oscar Niemeyer); Hotel (Aldary Toledo e Gilberto Lemos) e Hospital (Francisco Bolonha).

Paralelamente ao processo de pesquisa, os bens foram sendo fotografados. Para isso foi necessário solicitar autorização dos proprietários dos imóveis para incluí-los no guia. Neste contato com os proprietários, constatou-se que muitos deles se sentem extremamente orgulhosos de possuírem aqueles bens, que fazem questão de conservá-los e mantê-los com as características originais. Sentiram-se lisonjeados pelo fato de suas residências serem incluídas no Guia. Outros vêem as obras como ônus, dispendiosas e de difícil conservação e, coincidentemente, foram as que mais apresentaram dificuldades para fotografar em vista do estado de conservação. Alguns recearam que, com a publicação do Guia, seus bens sejam levados a tombamento.

## **Conclusão**

O processo de elaboração do *Guia da Arquitetura Modernista de Cataguases* suscitou uma série de indagações no que diz respeito ao tombamento federal realizado pelo IPHAN nos anos 1990, sendo a principal delas a questão mesma dos critérios utilizados tanto para a escolha dos bens tombados individualmente quanto para os limites do perímetro do Centro Histórico. Cabe aqui retornar à preocupação do parecer do arquiteto Antônio Andrade que apontava que no caso de se tombarem somente algumas obras significativas, haveria o risco de se incorrer no erro de restringir ou não abranger todo o sentido e significado do movimento cultural da cidade, “*com risco, inclusive, de estas obras virem a ser compreendidas como referências significativas no quadro da produção de arquitetos ilustres*”. Se havia esta preocupação, por que então não se tombou a Igreja de Edgar do Valle e nenhuma obra do arquiteto Luzimar Goés Telles? Por que se incluíram no tombamento apenas obras modernas do primeiro grupo de arquitetos que atuaram na cidade? Neste sentido, as onze obras modernas tombadas não reforçariam justamente o contrário da preocupação do arquiteto parecerista? Outra questão: qual o critério para escolha dos exemplares ecléticos e de arquitetura industrial tombados? Teriam eles valor de representatividade nacional que justificasse esse nível de proteção? E, ainda, quanto ao perímetro de tombamento traçado, por que não foram incluídas a vila operária do Bairro Jardim e a quadra que abrange as moradias de funcionários da ferrovia, próxima à Estação Ferroviária, na qual se localiza o Grupo Escolar Guido Marlière, áreas que também possuem significativo valor na formação cultural da cidade?

Pela elaboração do pequeno inventário desenvolvido para o Guia Modernista pôde-se perceber o quanto importante é este instrumento para o entendimento na formação cultural de um determinado sítio. Neste sentido, parece que um dos desafios que a preservação do patrimônio cultural de Cataguases passa, prioritariamente, pelo inventariamento dos seus bens culturais como recomendado no dossiê de tombamento para subsidiar, inclusive, a elaboração de posturas

municipais e normas claras para preservação, um plano de preservação e, conseqüentemente, de gestão.

Entretanto até hoje, 2009, os inventários não foram feitos. A documentação – projetos, desenhos, etc - subsidiária para execução dos inventários, pelo menos a do Arquivo Público Municipal encontra-se em estado precário para manuseio além, das restrições a consultas, demonstrando descaso no seu tratamento.

As posturas municipais seguem o mesmo caminho: não se conseguiu, desde o tombamento, estabelecer diretrizes claras e objetivas para a preservação do conjunto urbano. A legislação de uso e ocupação do solo de 1995, ainda em vigor, estabelece diretrizes que vão de encontro à preservação e a tentativa do Plano Diretor de 2006 de colocar um limite máximo de altimetria no Centro Histórico foi mal sucedida.

Junte-se a essas questões a não continuidade e cumprimento dos prazos dos projetos. O parecerista do tombamento sugere um prazo máximo de seis meses, caso aprovado o tombamento no Conselho, para que se faça o inventário dos bens de valor cultural do Centro Histórico. O Plano Diretor Municipal de 2006 estabelece prazo máximo de 300 dias para elaboração e ou revisão das legislações urbanísticas complementares. Como se relatou, até o momento, nenhum dos dois foram executados.

Se num primeiro momento têm-se apoio irrestrito do poder público municipal, conforme constam dos primeiros trabalhos desenvolvidos desde 1988 culminando com o tombamento em 1994<sup>28</sup>, a partir do tombamento esse apoio foi se esvaindo até culminar em 2006 com veto do Prefeito em artigo que trata do zoneamento no Centro Histórico na legislação do Plano Diretor.

Parece que no caso de Cataguases, seria necessário, retomar o entusiasmo inicial de 1988 - a Prefeitura se aproximar do IPHAN e vice-versa e, juntamente com outros parceiros, dar continuidade ao que se perdeu no decorrer do tempo: elaborar os inventários; rever se necessário o perímetro de tombamento; estabelecer critérios e normas claras para as demolições, reformas e novas construções dentro do perímetro tombado; elaborar as legislações urbanísticas municipais em consonância com os critérios de um plano urbano de preservação e gestão.

## **Referências bibliográficas**

ALONSO. Paulo Henrique (org.). *Cataguases – arquitetura modernista. Guia do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável, 2009.

---

<sup>28</sup> O prefeito à época, Tarcísio Henriques Filho, e o secretário Municipal de Cultura, Francisco Inácio Peixoto Filho, enviaram correspondências ao IPHAN em apoio ao tombamento, um mês antes do processo ser votado no Conselho Consultivo do Patrimônio. Também foram, ao Rio de Janeiro, na reunião do Conselho Consultivo que votou favorável ao tombamento de Cataguases. (IPHAN - Processo 1342-T-94)

ARAÚJO, Roberto Assumpção de. Cataguazes. Audaces d'Architecture et d'Art. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Bou-logne, année 23, n. 42-43, p. 82-89, août, 1952.

CARDOSO, Maria Francisca T. C. Aspectos geográficos da cidade de Cataguazes. Separata de: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.17, n. 4, p.423-48, out./dez. 1955.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Cataguazes – documentação histórica*. Belo Horizonte: 13ª Coordenação Regional. (3 pastas – documentos diversos)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Processo 1.342-T-94. Tombamento Cataguazes*. Belo Horizonte: 13ª Coordenação Regional. 3 volumes.

MIRANDA, Selma Melo. Arquitetura. In: MIRANDA, Selma Melo; *et. al. Cataguazes: um olhar sobre a modernidade*. Cataguazes: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 1994. Disponível em: <<http://www.chica.org.br/cataguazes/modernismo/index.htm>>. Acesso em: 01 set. 2008.

MUNICÍPIO DE CATAGUASES. *Lei 3546/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo de Cataguazes*. Jornal Cataguazes: Cataguazes, 15 out. 2006.

MUNICÍPIO DE CATAGUASES PODER EXECUTIVO. *Mensagem de veto encaminhado à Câmara Municipal nº 008/2006*. Cataguazes, Jornal Cataguazes: 26 nov. 2008.

NUNES, Cristina Pereira. *Cataguazes – parecer de vistoria, informe histórico, pesquisa histórica e texto*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG.s.d. (documentos não publicados)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES. *Memória e Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. 3 vol.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; LAGE, Claudia Freire. *Cataguazes: patrimônio da modernidade*. *Arquitextos* 056, jan. 2005. Texto especial 273. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp273.asp>> Acesso em: 13 ago. 2008

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Plano diretor participativo do município de Cataguazes (MG)*. Leitura da realidade municipal. Belo Horizonte: 2006. (relatório impresso)